

A POLÍTICA DE CAIXA

Vidal Cavalcanti/AE

O governo represou os gastos e saiu atrás dos sonhadores. Ajuste para valer não houve

ROLF KUNTZ

Os brasileiros fecharam 1992 festejando a cassação de um presidente. Não há nada tão interessante para distrair a atenção no final de 1993: a inflação está à beira dos 40% mensais, a reativação da economia pode ter-se esgotado, o desemprego permanece alto e mais um plano econômico está em discussão. Em matéria de programas de ajuste, pelo menos, o ano foi profícuo: um foi abortado, outro nasceu morto, um terceiro mal foi percebido e o quarto ainda tem de passar pelo Congresso. Se mais este não der certo, o Brasil servirá de laboratório, em 1994, para mais um teste sensacional: descobrir até quando a inflação poderá continuar subindo, em degraus, antes de explodir e escapar a todo controle. Uma taxa de 40% ao mês é um bom ponto de partida para a experiência.

A proposta do Ministério da Fazenda é razoavelmente ambiciosa: gastar 17% menos que em 1993, sem contar as despesas financeiras e os benefícios previdenciários, e arrecadar 27% mais. O item "outros custeios e despesas de capital" deverá consumir 24,8% menos que este ano. Também os gastos previdenciários deverão ser podados, de acordo com o documento enviado ao Congresso. A redução prevista é de 10%.

Se a proposta não for aprovada, o governo dependerá, como na maior parte deste ano, de um instrumento de controle nada refinado: a política de boca de caixa. O truque é adiar as liberações de verbas, deixando algumas para não se sabe quando. Isso arrasa a qualidade do gasto público, torna a política profundamente irracional e não resolve, de fato, nenhum problema. Fora disso, resta o esforço para aumentar a arrecadação. Os dois truques, combinados, não impediram déficit de caixa em julho, agosto e outubro.

Freio na produção — Se os cortes passarem pelo Congresso e o plano for posto em execução, um dos efeitos prováveis será uma redução do crescimento econômico, mas com boas possibilidades de retomada em pouco tempo. O nível de atividade também dependerá da taxa de câmbio: se não se forçar a valorização do cruzeiro, a exportação poderá continuar a crescer, garantindo alguma sustentação de emprego e de movimentação da indústria.

Por enquanto, as previsões são de crescimento econômico inferior aos 4,5% estimados para este ano. Pelos cálculos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a expansão iniciada no trimestre final do ano passado começou a enfraquecer no segundo trimestre deste ano. O arrefecimento, segundo se calcula, deverá prosseguir no início de 1994. O emprego, depois de moderada recuperação em 1993, poderá diminuir novamente. A comparação de outubro deste ano com outubro do ano passado mostra uma redução do desemprego, medido pelo IBGE, de 5,8% para 4,9% da força de trabalho. Quando se compara a média de janeiro-outubro de 1992 com a média do mesmo período deste ano, porém, a melhora é muito menos sensível: passa-se de 5,9% para 5,6%. Estes números não incluem o desemprego disfarçado.



● EMPREGO
NÃO SEGUIU
O AUMENTO
DA PRODUÇÃO

Cardoso: para fechar as contas, uma proposta de orçamento com previsão de receitas maiores e despesas menores que as de 93